

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	63
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	209.187.870
Preferenciais	0
Total	209.187.870
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.491.065	1.250.036	823.129
1.01	Ativo Circulante	25.372	94.571	18.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.372	81.731	9.117
1.01.03	Contas a Receber	8.774	8.700	7.468
1.01.03.01	Clientes	8.730	8.443	7.157
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44	257	311
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Realacionadas	44	257	311
1.01.04	Estoques	0	138	65
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.863	1.931	274
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.863	1.931	274
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.236	806	840
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	127	1.265	1.193
1.01.08.03	Outros	127	1.265	1.193
1.02	Ativo Não Circulante	1.465.693	1.155.465	804.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.044	18.345	14.140
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.769	9.726	11.813
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	4.769	9.726	11.813
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.275	8.619	2.327
1.02.01.09.03	Déposito judiciais	7.275	8.619	2.327
1.02.03	Imobilizado	2.112	1.683	1.545
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.112	1.683	1.545
1.02.04	Intangível	1.443.162	1.124.549	775.063
1.02.04.01	Intangíveis	1.443.162	1.124.549	775.063
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.443.162	1.124.549	775.063
1.02.05	Diferido	8.375	10.888	13.424

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.491.065	1.250.036	823.129
2.01	Passivo Circulante	115.969	176.962	92.435
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.106	4.754	4.364
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.106	4.754	4.364
2.01.02	Fornecedores	16.231	9.407	8.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.231	9.407	8.581
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.063	3.484	3.056
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.619	1.637	1.430
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.619	1.637	1.430
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.444	1.847	1.626
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.357	51.418	21.364
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.357	25.518	21.364
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.357	25.518	21.364
2.01.04.02	Debêntures	0	25.900	0
2.01.05	Outras Obrigações	33.500	83.303	39.543
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.120	72.565	23.213
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	327	15.761	17.798
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	23.793	56.804	5.415
2.01.05.02	Outros	9.380	10.738	16.330
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	2.665	4.215
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.398	6.702	3.979
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	342	319	302
2.01.05.02.06	Sinistros Recebidos	0	816	7.707
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	640	236	127
2.01.06	Provisões	20.712	24.596	15.527
2.01.06.02	Outras Provisões	20.712	24.596	15.527
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	20.712	24.596	15.527
2.02	Passivo Não Circulante	1.012.089	787.580	547.971
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	662.578	586.940	420.104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	662.578	586.940	397.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	662.578	586.940	397.054
2.02.01.02	Debêntures	0	0	23.050
2.02.02	Outras Obrigações	310.550	165.833	100.418
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	309.112	165.833	100.418
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	309.112	165.833	100.418
2.02.02.02	Outros	1.438	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	861	6.261	410
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	861	6.261	410
2.02.04	Provisões	38.100	28.546	27.039
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.250	889	277
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.250	889	277
2.02.04.02	Outras Provisões	35.850	27.657	26.762
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	35.850	27.657	26.346
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	0	416
2.03	Patrimônio Líquido	363.007	285.494	182.723
2.03.01	Capital Social Realizado	311.289	224.289	130.074
2.03.04	Reservas de Lucros	51.718	61.205	52.649

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	462.616	483.753	414.839
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-413.440	-417.913	-349.675
3.03	Resultado Bruto	49.176	65.840	65.164
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.268	-21.614	-15.528
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.268	-21.614	-15.528
3.04.02.01	Despesas administrativas	-19.618	-20.387	-14.562
3.04.02.02	Remuneração da administração	-1.388	-1.227	-966
3.04.02.03	Tributárias	-262	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.908	44.226	49.636
3.06	Resultado Financeiro	-42.254	-27.154	-23.359
3.06.01	Receitas Financeiras	6.524	4.329	2.834
3.06.01.01	Receitas Financeiras	6.524	4.329	2.834
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.778	-31.483	-26.193
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-48.778	-31.483	-26.193
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.346	17.072	26.277
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.859	-5.851	-8.528
3.08.01	Corrente	-541	0	-7.145
3.08.02	Diferido	5.400	-5.851	-1.383
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.487	11.221	17.749
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.487	11.221	17.749
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,04733	0,07013	0,18027
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,04733	0,07013	0,18027

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.487	11.221	17.749
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.487	11.221	17.749

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-117	19.200	23.381
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.380	77.310	69.946
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-9.487	11.221	17.749
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	38.455	22.942	17.170
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	4	6.891	20
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.400	5.851	1.383
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.232	-1.187	0
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	30.199	19.846	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	13.878	10.253	21.329
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.837	-664	1.889
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.561	612	529
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	6.565	1.189	9.877
6.01.01.16	Constituição (reversão) de provisão para investimentos	0	356	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-77.343	-58.014	-46.628
6.01.02.01	Contas a receber	-287	-1.286	-396
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	213	54	56
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.737	-1.442	-31
6.01.02.04	Cauções contratuais	0	-6.292	-2.269
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	1.344	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	-11.522	-6.500	2.717
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	449	-4.852	-19.657
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	146	2.723	1.229
6.01.02.09	Obrigações sociais	1.352	390	1.329
6.01.02.10	Obrigações fiscais	520	1.340	5.297
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.441	-912	-5.500
6.01.02.15	Outras contas a pagar	1.842	-3.340	-1.709
6.01.02.17	Taxa de fiscalização	23	17	17
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.200	0	-319
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	-6.915	-3.439	-1.531

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-60.130	-34.475	-25.861
6.01.03	Outros	-154	-96	63
6.01.03.01	Estoques	138	-73	27
6.01.03.02	Despesas antecipadas	-1.430	49	15
6.01.03.04	Outros créditos	1.138	-72	21
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-297.386	-330.514	-269.338
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-887	-473	-434
6.02.02	Adições ao intangível	-302.493	-333.100	-268.232
6.02.03	Aumento (redução) nos depósitos vinculados	0	0	-672
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-14.752	-7.707	0
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	20.746	10.766	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	226.144	383.928	233.304
6.03.01	Captações de empréstimos	109.445	215.533	174.414
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-24.140	-21.605	-43.299
6.03.05	Pagamentos de debêntures - principal	-22.500	0	0
6.03.07	Captação de empréstimos empresas ligadas	119.004	0	0
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	-40.000	100.000	38.000
6.03.12	Pagamentos de dividendos	-2.665	-4.215	0
6.03.14	Aumento de capital	87.000	94.215	64.189
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.359	72.614	-12.653
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.731	9.117	21.770
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.372	81.731	9.117

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	224.289	0	61.205	0	0	285.494
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	224.289	0	61.205	0	0	285.494
5.04	Transações de Capital com os Sócios	87.000	0	0	0	0	87.000
5.04.01	Aumentos de Capital	87.000	0	0	0	0	87.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.487	0	-9.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.487	0	-9.487
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-9.487	9.487	0	0
5.06.04	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-9.487	9.487	0	0
5.07	Saldos Finais	311.289	0	51.718	0	0	363.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.074	0	52.649	0	0	182.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.074	0	52.649	0	0	182.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	94.215	0	0	-2.665	0	91.550
5.04.01	Aumentos de Capital	94.215	0	0	0	0	94.215
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-2.665	0	-2.665
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.221	0	11.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.221	0	11.221
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.556	-8.556	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	561	-561	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	7.995	-7.995	0	0
5.07	Saldos Finais	224.289	0	61.205	0	0	285.494

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	79.968	0	39.115	0	0	119.083
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	79.968	0	39.115	0	0	119.083
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.106	0	0	-4.215	0	45.891
5.04.01	Aumentos de Capital	50.106	0	0	0	0	50.106
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-4.215	0	-4.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.749	0	17.749
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.749	0	17.749
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.534	-13.534	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	887	-887	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	12.647	-12.647	0	0
5.07	Saldos Finais	130.074	0	52.649	0	0	182.723

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	477.665	498.458	428.719
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	172.822	165.004	158.957
7.01.02	Outras Receitas	304.843	333.454	269.762
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	304.009	332.653	268.042
7.01.02.02	Outras	834	801	1.720
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-366.182	-392.821	-327.064
7.02.04	Outros	-366.182	-392.821	-327.064
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-39.503	-38.750	-32.613
7.02.04.02	Custo dos serviços de construção	-304.009	-332.653	-268.042
7.02.04.03	Materias, energia, serviços de terceiros e outros	-3.803	-6.548	-10.197
7.02.04.04	Custos de Concessão	-7.062	-6.702	-6.335
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-6.565	-1.189	-9.877
7.02.04.06	Outros	-5.240	-6.979	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	111.483	105.637	101.655
7.04	Retenções	-38.455	-22.942	-17.170
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.455	-22.942	-17.170
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.028	82.695	84.485
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.342	31.253	12.635
7.06.02	Receitas Financeiras	6.524	4.329	2.834
7.06.03	Outros	50.818	26.924	9.801
7.06.03.02	Juros capitalizado	50.818	26.924	9.801
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.370	113.948	97.120
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.370	113.948	97.120
7.08.01	Pessoal	23.668	20.384	18.031
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.860	15.699	14.043
7.08.01.02	Benefícios	5.243	3.584	3.047
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.565	1.101	941
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.214	24.106	25.379
7.08.02.01	Federais	5.536	15.622	17.362

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.02.03	Municipais	8.678	8.484	8.017
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.825	38.391	29.591
7.08.03.01	Juros	12.680	7.194	16.422
7.08.03.02	Aluguéis	2.198	0	0
7.08.03.03	Outras	45.947	31.197	13.169
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	43.135	26.924	9.801
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	2.812	4.273	3.368
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.487	11.221	17.749
7.08.04.02	Dividendos	0	2.665	4.215
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.487	8.556	13.534
7.08.05	Outros	41.150	19.846	6.370
7.08.05.01	Juros	41.150	19.846	6.370

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Autopista Fluminense S.A. (“Autopista Fluminense” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Fluminense foi outorgada em fevereiro de 2008, através do processo de licitação correspondente ao Edital de Licitação nº 004/2007. A Companhia iniciou suas atividades em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob forma de concessão, o Lote 04 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-101/RJ entre a divisa com o Estado do Espírito Santo e a ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói) em Niterói-RJ.

Suas atividades compreendem a recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O Lote 04 tem extensão de 321,6 km e cruza os municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabú, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Rio Bonito, Tanguá, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói. A rodovia administrada pela Companhia exerce importante papel do ponto de vista econômico, promovendo a ligação entre as regiões Sudeste e Sul do país e conectando a região norte da costa litorânea do Estado do Rio de Janeiro e suas bacias petrolíferas. Permite o acesso a um importante pólo turístico, que é a Região dos Lagos, onde se localizam as cidades de Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Rio das Ostras e outras.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

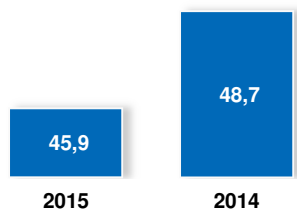
Localização das praças de pedágio	Tarifa (R\$)
Km 040+540 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Conselheiro Josino)	4,50
Km 123+000 - BR 101 – Campos dos Goytacazes (Serrinha)	4,50
Km 192+500 - BR 101 – Casimiro de Abreu (Boa Esperança)	4,50
Km 252+560 - BR 101 – Rio Bonito (Mato Alto)	4,50
Km 299+200 - BR 101 – São Gonçalo (Apolo III)	4,50

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

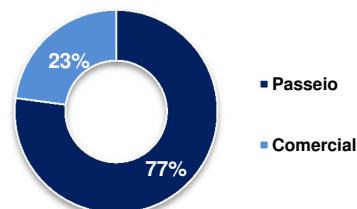
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 45,9 milhões em 2015, 5,7% abaixo quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita e fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego 2015

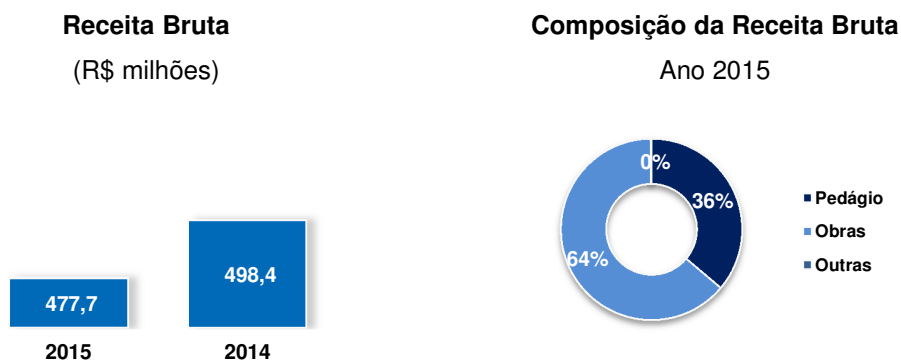


Relatório da Administração

Autopista Fluminense

Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 477,7 milhões em 2015, com uma redução de 4,2% em relação aos R\$ 498,4 milhões registrados em 2014.



A receita de pedágio cresceu 4,7%, passando de R\$ 165,0 milhões em 2014 para R\$ 172,8 milhões em 2015. Esse aumento foi influenciado pelo reajuste tarifário de 11,7% em 02 de fevereiro de 2015 quando a tarifa passou de R\$ 3,40 para R\$ 3,80 e devido ao aumento do tráfego neste exercício.

Já a receita de obras registrou uma diminuição de R\$ 28,64 milhões (-8,6%), passando de R\$ 332,6 milhões em 2014 para R\$ 304,0 milhões em 2015. Essa redução resultou, essencialmente, da diminuição de obras executadas em relação a 2014.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 834 mil (5,8%) em 2015.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 462,6 milhões, R\$ 21,14 milhões a menos que no ano de 2014. Essa redução se deve basicamente a diminuição de obras executadas em 2015.

Relatório da Administração**Autopista
Fluminense****Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(304,0)	(332,7)	-8,6%
Serviços de terceiros	(21,8)	(21,8)	-0,2%
Pessoal	(27,6)	(22,7)	21,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6,6)	(1,2)	452,1%
Conservação	(13,0)	(15,8)	-17,5%
Verba de fiscalização	(4,1)	(3,8)	7,3%
Seguros e garantias	(2,3)	(2,2)	4,7%
Remuneração da Administração	(1,4)	(1,2)	13,1%
Consumo	(5,5)	(4,5)	23,2%
Outros	(11,4)	(10,7)	6,0%
Custos e despesas	(397,6)	(416,6)	-4,5%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um decréscimo de -4,5% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. Esta redução de R\$ 18,9 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- (i) Redução de R\$ 28,6 milhões do “Custo dos serviços de construção” em virtude da redução de execução de investimentos em intangível na concessão, registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado;
- (ii) Aumento de R\$ 5,4 milhões em “Provisão para manutenção de rodovias” em razão dos estornos dos saldos congelados efetuados em 2015. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- (iii) Aumento de R\$ 4,9 milhões nos custos com pessoal devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), contratações para adequação do quadro funcional.

Relatório da Administração**Autopista
Fluminense****EBITDA e EBITDA Ajustado**

EBITDA			
R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	462,6	483,8	-4,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(397,6)	(416,6)	-4,5%
EBITDA	65,0	67,2	-3,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6,6	1,2	452,1%
EBITDA Ajustado	71,5	68,4	4,7%

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2015 em R\$ 71,5 milhões, com um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	6,5	4,3	50,7%
Despesas Financeiras	(48,8)	(31,5)	54,9%
Resultado Financeiro Líquido	(42,3)	(27,2)	55,6%

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

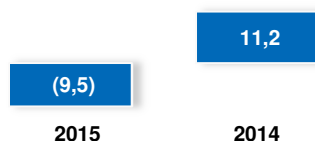
O resultado financeiro líquido de 2015 foi R\$ 42,3 milhões negativo, 55,6% a maior que 2014. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram: maiores despesas em função dos juros incorridos sobre o empréstimo junto ao BNDES, juros sobre mútuos com a controladora e debêntures que aumentaram em relação ao realizado no ano de 2014, em função das novas liberações obtidas durante o exercício de 2015..

Lucro / Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo líquido de R\$ 9,487 milhões contra um lucro de R\$ 11,2 milhões em 2014. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram: (i) a quantidade de veículos equivalentes que diminuíram em relação ao ano anterior; e (ii) Maior desembolso com custos e despesas operacionais no período.

Lucro / Prejuízo Líquido

(R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Dívida Bruta	(698,9)	(638,4)	9,5%
Curto Prazo	(36,3)	(51,4)	-11,7%
Longo Prazo	(662,5)	(586,9)	11,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	15,1	91,5	-83,4%
Dívida Líquida	(683,8)	(546,9)	25,0%

¹ Curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizava R\$ 698,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 60,6 milhões (+9,5%) em relação ao ano anterior. Esse aumento se deve às

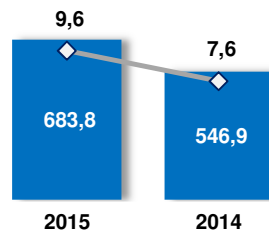
Relatório da Administração

Autopista Fluminense

liberações obtidas no ano de 2015 referentes ao empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2015 em R\$ 683,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 136,9 milhões em relação ao montante de R\$ 546,9 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado (últimos 12 meses), ficou em 9,6.

Dívida Líquida e Grau de Alavancagem



INVESTIMENTOS

Em 2015, foram realizados investimentos em ativos intangíveis e imobilizado no valor de R\$ 359,16 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: Correção de Traçado no Município de Campos, Implantação de Pontos de Ônibus, Obras de Ampliação da Avenida do Contorno, Implantação de Melhorias de Acessos e Melhorias de Interseção, Início das Obras de Trevos em Desnível, continuação das obras de duplicação da BR-101/RJ, recuperação e manutenção da rodovia (pavimento, dispositivos de segurança, sinalização Horizontal e vertical, OAE, passivos).

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2015	2014
Empregos diretos	480	438
Rotatividade	1,95%	5,23%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 65% de homens, contra 35% de mulheres. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 76% dos empregados 15,4% possuem nível superior completo e 8,6% possuem o ensino fundamental.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 19.796 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 41,24 horas de treinamento por profissional.

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fluminense S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, ANTT, Polícia Rodoviária Federal, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Relatório da Administração

Autopista Fluminense

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Gonçalo-RJ, 29 de março de 2016.

A Administração

Diretoria

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheiro

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

A Sociedade possui contrato de concessão e exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes - ANTT.

A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO’s;

Notas Explicativas

- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todo o prazo da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 31 de dezembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$45.749 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

Notas Explicativas

- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$934.119 (R\$1.077.268 em 31 de dezembro de 2014 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$399.762 (R\$390.041 em 31 de dezembro de 2014 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termos de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$28,2 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo. Estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovado Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que

Notas Explicativas

envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário – CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Notas Explicativas

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda

Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

Notas Explicativas

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das

Notas Explicativas

obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a

saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	20.907	24.987
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>20.712</u>	<u>24.596</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(195)</u>	<u>(391)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	42.250	32.113
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>35.850</u>	<u>27.657</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(6.400)</u>	<u>(4.456)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Notas Explicativas

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)

Notas Explicativas

Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

Notas Explicativas

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado
Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)	As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.116	2.174
Aplicações financeiras (*)	<u>8.256</u>	<u>79.557</u>
Total	<u><u>10.372</u></u>	<u><u>81.731</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,62% da variação do CDI no exercício.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	8.378	8.264
Cartões de pedágio a receber	351	155
Receitas acessórias a receber	<u>1</u>	<u>24</u>
Total	<u>8.730</u>	<u>8.443</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(4.297)	(5.022)
Provisão de participação nos lucros	(2.390)	(1.791)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(2.250)	(889)
Outras provisões	(1.263)	-
Provisão para manutenção	(35.850)	(27.657)
Ajuste dos encargos financeiros	(7.189)	(5.245)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	59.598	59.598
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(3.248)	-
Estorno de capitalização de juros	<u>(578)</u>	<u>(578)</u>
Base de cálculo	<u>2.533</u>	<u>18.416</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>861</u>	<u>6.261</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, serão em 2016.

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$4.769 e em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 9.726, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,56% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2013	514	479	9	587	931	2.520
Adições	49	137	-	7	215	408
Saldo em 31.12.2014	563	616	9	594	1.146	2.928
Adições	56	372	13	-	272	713
Alienações/baixas	(2)	(3)	-	-	-	(5)
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(182)	(244)	(9)	(246)	(294)	(975)
Depreciações	(53)	(85)	-	(60)	(72)	(270)
Saldo em 31.12.2014	(235)	(329)	(9)	(306)	(366)	(1.245)
Depreciações	(59)	(32)	-	(59)	(130)	(280)
Alienações/baixas	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	328	287	-	288	780	1.683
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	503.740	698	311.170	82	815.690
Adições	92.669	98	283.267	412	376.446
Transferências / Reclassificações	46.670	-	(46.670)	-	-
Alienações/baixas	-	-	(6.891)	-	(6.891)
Saldo em 31.12.2014	643.079	796	540.876	494	1.185.245
Adições	65.942	385	288.300	(352)	354.275
Transferências / Reclassificações	89.246	-	(89.246)	-	-
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(40.289)	(338)	-	-	(40.627)
Amortizações	(20.021)	(115)	-	-	(20.136)
Alienações/baixas	67	-	-	-	67
Saldo em 31.12.2014	(60.243)	(453)	-	-	(60.696)
Amortizações	(35.636)	(26)	-	-	(35.662)
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	582.836	343	540.876	494	1.124.549
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(16.979)</u>	<u>(14.466)</u>
	<u>8.375</u>	<u>10.888</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	novembro/2026	36.357	25.518
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45% a.a.	novembro/2026	<u>662.578</u>	<u>586.940</u>
Total			<u>698.935</u>	<u>612.458</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	53.145
2018	57.629
2019	62.492
2020	67.765
A partir de 2021	421.547
	<u>662.578</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de quinze por cento da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
 - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
 - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

Notas Explicativas

- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
- 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
- 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
- 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expreso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.

Notas Explicativas

- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Sociedade apresentou seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos contratos de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a vinte e cinco por cento do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Notas Explicativas

Caso a indenização não ocorra no prazo de doze meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até sessenta dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015 Circulante	31.12.2014 Circulante
1ª emissão (a)	2.250	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	-	25.917
Custo de transação				-	(17)
Total				-	25.900

a) 1ª emissão de debêntures de 3 de outubro de 2013 com valor real unitário em R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão (a)	04.10.2013	22.500	04.10.2013	23.065

A Sociedade quitou integralmente a 1ª emissão de debêntures na data de 6 de julho de 2015 conforme previsto no contrato.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de R\$16.231 (R\$9.407 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. (a)	44	-
Autopista Fernão Dias S.A.(a)	-	2
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (d)	-	255
Total	<u>44</u>	<u>257</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (g)	22.607	56.804
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.186	517
Autopista Fernão Dias S.A.	-	4
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	41	15.105
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	286	135
	<u>24.120</u>	<u>72.565</u>
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (e)	-	2.665
Total	<u>24.120</u>	<u>75.230</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (g)	181.961	165.833
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (f)	127.151	-
Total	<u>309.112</u>	<u>165.833</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (f) (g)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (f) (g)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	30.199	4.981	-	19.846	2.890
Latina Manutenção de Rodovias	183	-	-	2.319	-	-
Total	183	30.199	4.981	2.319	19.846	2.890

a) Refere-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

d) Refere-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos da Latina Manutenção de Rodovias Ltda. para a Sociedade.

e) Em 10 de abril de 2015, a Sociedade pagou dividendos no valor de R\$ 2.665 declarados no balanço findo em 31 de dezembro de 2014.

f) Refere-se a instrumento particular de escrita de 2^a, 3^a e 4^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fluminense S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2017, 03 de julho de 2017 e 19 de outubro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
10.04.2015	abril/2017	CDI + 1,5% a.a.	72.004	6.479	-
03.07.2015	julho/2017	CDI + 1,5% a.a.	12.000	769	-
19.10.2015	outubro/2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	899	-
			119.004	8.147	-

Notas Explicativas

(g) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2015		31.12.2014	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.651	8.000	5.955
27.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	9.000	8.485	9.000	6.590
05.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	6.000	5.619	6.000	4.360
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	6.457	7.000	5.000
05.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	5.000	4.586	5.000	3.547
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.267	8.000	5.613
13.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	18.000	5.098	18.000	2.479
20.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.060	20.000	2.220
15.01.2014	janeiro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	4.759	20.000	2.008
10.02.2014	fevereiro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	4.591	20.000	1.859
15.05.2014	maio/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	3.995	20.000	1.330
28.10.2014	abril/2017	CDI + 1,7% a.a. (i)	-	-	40.000	676
			<u>141.000</u>	<u>63.568</u>	<u>181.000</u>	<u>41.637</u>

(i) Em 28 de abril de 2015, a Sociedade amortizou uma parte de sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 28 de outubro de 2014, sendo o valor de R\$40.000 correspondente ao principal e R\$ 1.981 referente a juros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.388 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.390 e R\$1.791.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	872	2.481	(1.200)	2.153
Trabalhistas	17	80	-	97
Total	<u>889</u>	<u>2.561</u>	<u>(1.200)</u>	<u>2.250</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	277	1.892	(1.297)	872
Trabalhistas	-	22	(5)	17
Total	<u>277</u>	<u>1.914</u>	<u>(1.302)</u>	<u>889</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$750 e R\$59, respectivamente (R\$505 e R\$15 em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$7.275 (R\$8.619 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Notas ExplicativasProvisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2014	24.596	27.657
Adições	-	6.565
Utilizações	(4.093)	-
Ajuste a valor presente	209	1.628
Saldo em 31.12.2015	<u>20.712</u>	<u>35.850</u>

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Investimentos em rodovia</u>
Saldos em 31.12.2013	15.527	26.346	416
Adições	9.892	1.189	-
Utilizações	(453)	-	-
Ajuste a valor presente	(786)	122	
Transferências	416	-	(416)
Saldos em 31.12.2014	<u>24.596</u>	<u>27.657</u>	<u>-</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 não existiam saldos em aberto relativos a sinistros recebidos. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de (R\$ 816 referia-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

Notas Explicativas**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$311.289 e R\$224.289 respectivamente. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas a seguir:

31.12.2015			
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	209.187.870	209.187.870	100%
31.12.2014			
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	160.011.942	160.011.942	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Forma da integralização	Valor	Quantidade de ações integralizadas
17.07.2015	Dinheiro	18.000	10.072.748
15.09.2015	Dinheiro	35.000	19.673.974
23.11.2015	Dinheiro	17.000	9.659.091
21.12.2015	Dinheiro	17.000	9.770.115
		87.000	49.175.928

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 31 de março de 2015, a distribuição dos dividendos declarados no balanço findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 2.665 e seu pagamento ocorreu em 10 de abril de 2015.

Notas Explicativas

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 esta demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(9.487)	11.221
Reserva legal 5%	-	(561)
Base de cálculo	-	10.660
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>-</u>	<u>2.665</u>
Dividendos antecipados	-	-
Dividendos propostos	-	2.665

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	172.822	165.004
Receita de serviços de construção	304.009	332.653
Outras receitas	834	788
	<u>477.665</u>	<u>498.445</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	477.665	498.445
ISSQN	(8.661)	(8.484)
PIS	(1.137)	(1.106)
COFINS	(5.251)	(5.102)
Receita líquida	<u>462.616</u>	<u>483.753</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(9.010)	(7.650)
Serviços de terceiros	(2.754)	(4.653)
Manutenção de bens e conservação	(150)	(104)
Depreciação / Amortização	(72)	(103)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.561)	(612)
Seguros/Garantias	(63)	(3)
Consumo	(1.488)	(1.987)
Transportes	(552)	(486)
Outros	(2.968)	(4.789)
Total	<u>(19.618)</u>	<u>(20.387)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(304.009)	(332.653)
Com pessoal	(17.244)	(15.083)
Serviços de terceiros	(19.023)	(17.171)
Conservação	(12.996)	(15.757)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(546)	(759)
Consumo	(4.038)	(2.665)
Transportes	(2.826)	(2.783)
Verba de Fiscalização	(4.088)	(3.811)
Seguros / Garantias	(2.226)	(2.187)
Provisão de manutenção em rodovias	(6.565)	(1.189)
Depreciação / Amortização	(38.383)	(22.839)
Outros	(1.496)	(1.016)
Total	<u>(413.440)</u>	<u>(417.913)</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	5.023	4.043
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	682	-
Outras receitas	819	286
Total	<u>6.524</u>	<u>4.329</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(44.086)	(29.914)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.519)	664
Outras despesas	(2.173)	(2.233)
	<u>(48.778)</u>	<u>(31.483)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	33.728	24.332
Integralização de capital – reservas de lucro	-	4.215
Juros capitalizados	50.818	26.924
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(32.938)	(21.911)

Notas Explicativas**23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao trimestre e nove meses findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.346)	17.072
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	4.878	(5.805)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(19)</u>	<u>(46)</u>
Despesa contabilizada	<u><u>4.859</u></u>	<u><u>(5.851)</u></u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(541)	-
Diferido	<u>5.400</u>	<u>(5.851)</u>
	<u><u>4.859</u></u>	<u><u>(5.851)</u></u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro(Prejuízo) líquido do período	(9.487)	11.221
Número de ações durante o ano	<u>200.435</u>	<u>160.012</u>
Lucro(Prejuízo) por ação	<u><u>(0,04733)</u></u>	<u><u>0,07013</u></u>

Não há diferença entre lucro(prejuízo) básico e lucro(prejuízo) diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas Explicativas

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	2.116	2.174
Aplicações Financeiras	8.256	79.557
Partes relacionadas	44	257
Contas a receber clientes	8.730	8.443
Outras contas a receber	127	1.265
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	24.629	16.109
Empréstimos e financiamentos	698.935	612.458
Debêntures	-	25.900
Partes relacionadas	333.232	238.398
Outras contas a pagar	640	236

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(45.611)	(57.014)	(68.417)	(34.209)
Receita de aplicações (*)	1.433	1.791	2.149	1.075
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer (*)	(52.420)	(65.525)	(78.630)	(39.315)
Juros a incorrer (*)	(96.598)	(120.748)	(144.898)	(72.449)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$8.378 (R\$8.264 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
BNDES Automático	7,45%	94.290	105.294	105.292	105.290	625.025	1.035.190
Total		94.290	105.294	105.292	105.290	625.025	1.035.190

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	74.369

(*) Por sinistro

28. EVENTOS SUBSEQUENTE

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de janeiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000 mediante a emissão de 11.494.253 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de fevereiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 2.891.845 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 22 de fevereiro de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$25.000 mediante a emissão de 14.619.883 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de março de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000 mediante a emissão de 11.627.907 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não há conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Gonçalo-RJ, 29 de março de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

São Gonçalo-RJ, 29 de março de 2016.

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente